

A cultura do silêncio à cripta viva da colonialidade em Moçambique

Nilza Gomes de Oliveira Laice¹

RESUMO

No conto “*Ninguém matou suhura*”, de Lília Momplé, propõe-se analisar a Cultura do silêncio como herança do colonialismo português em Moçambique e compreender, por meio desse discurso, como a autora denuncia a barbárie, a partir do estupro bem como da morte de Suhura. A análise será feita sob a perspectiva dos estudos de Colonialidade e Decolonialidade, a partir dos pressupostos teóricos de Walter Mignolo, Achile Mbembe, e Paulo Freire, de modo a refletir sobre o sistema político-social de Moçambique em 1970, época em que se dá o conto, e analisar o seu impacto na sociedade.

PALAVRAS CHAVES: colonialidade; decolonialidade; cultura do silêncio.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu como resultado do trabalho final da disciplina “Estudos da Colonialidade”. Quando comecei a escrevê-lo, fiquei assustada com o nível informal que a escrita ia tomando e com as preocupações pessoais que eu estava me negando, tentando ter apenas um pensamento articulado e cumprir com o formalismo acadêmico desejado. Entretanto, após ler o artigo de Roy, *The end of imagination*, comecei a indagar-me, sobre como poderia estar tão cética ao falar da cultura do silêncio e despermitir-me levar ao fundo tal discussão por conta dos meus medos. Como poderia negar-me a refletir sobre essa guerra silenciosa que vivemos todos os dias?

Foi a partir daí que me apercebi que a minha negação em falar, que o meu silêncio provava, diferentemente do que eu imaginava, que eu também estava contaminada pelo que chamo de *septicemia colonial*², ou seja, uma infecção generalizada causada pela presença do colono, na corrente sanguínea do colonizado, que tem como principal consequência a cultura do silêncio em que

¹ Doutoranda/UNB - E-mail: nilza.laice@gmail.com

² Septicemia colonial: conceito que estou desenvolvendo em minha tese. Surgiu da necessidade de compreender o processo de emudecimento que leva à Cultura do Silêncio, pensando no Colonialismo como patologia.

pensar é difícil. “Na cultura do silêncio onde existir é apenas viver. O corpo segue ordens de cima. Pensar é difícil; dizer palavra, proibido” (FREIRE, 1981, p. 50).

Por outro lado, o leitor pode estar pensando que tantos outros fizeram o mesmo trajeto em seus artigos e escreveram de forma apaixonada, mas com consciência da necessidade de ser academicamente formal. Corroborando com João Macedo e Magda Dimenstein em seu artigo, *Escrita acadêmica e escrita de si: experienciando desvios*:

Nesse sentido, precisamos operar com um tipo de escrita acadêmica de modo a também empreender uma escrita-potência, ou seja, uma escrita que mantenha a intensidade de quando foi produzida, através da afirmação das experiências, dos encontros e dos desvios que ocorrerem no pensamento e na rede de afetos, no momento em que é lida; ou, ainda, uma escrita que resista e insista na produção de conhecimentos que afirmem possibilidades de variação da vida. (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009, p.11)

Portanto, digo por minha conta, experimentar esses desvios, fugindo da formalidade acadêmica, trata-se de uma forma de pensar na decolonialidade, se entendermos esse formalismo como herança ocidental e colonial, que não favorece a tradição oral, informal e mais aconchegante. Tradição que me é mais próxima e que pretendo voltar a ela na medida do possível, pois não posso negar ou ignorar o efeito de criouliização, como aponta Glissant:

A relação é intensa entre a necessidade e a realidade incontornáveis da criouliização e a necessidade e a realidade incontornáveis do lugar, isto é, do lugar de onde se emite a fala humana. Não emitimos palavras ao vento, soltas no ar. O lugar de onde emitimos a fala, de onde emitimos o texto, de onde emitimos a voz, de onde emitimos o grito, esse lugar é imenso. Mas podemos fechar o esse lugar, e nos enclausuramos dentro dele. Podemos constituir a área de onde emitimos o grito em território, isto é, fechá-la com muros, muralhas espirituais, ideológicas, etc. E então, ela cessa de ser “área”. Hoje, o importante é, precisamente, sabermos discutir uma poética da Relação que nos possibilita abrir o lugar, sem desfazê-lo, sem diluí-lo (GLISSANT, 2005, p. 35-36).

Já que não tenho interesse na formalidade apetece-me sempre fugir da objetividade e da neutralidade por trás da escrita acadêmica, indo ao encontro do meu lugar de fala mas sem desfazer ou diluir por completo essa escrita. Desse modo, procurei respeitar de alguma forma as especificidades da história oral propostas por Ong, Zumthor e Albert, mantendo no texto, os recuos, evocações paralelas, repetições, desvios e interrupções. E quando possível condensando, resumindo, eliminando os resíduos, escolhendo eixos de pertinência, estabelecendo ordem e progressão.

Também escolhi um modo de enunciação, um tom e um certo tipo de relação com o leitor. Por que eu existo e reclamo esse lugar, essa voz, direi eu ao escrever, eu, aquela que quer levar essa luta para o lado pessoal e quer declará-la

peçoal. No mais, não há nenhuma necessidade de ser formal em meio a opressão, não há necessidade de nos fecharmos num nicho acadêmico se o problema que pretendemos resolver trespassa a academia. Precisamos democratizar a informação de modo que qualquer um possa ler, compreender e ter alguma satisfação nesse exercício tão complexo que é pensar o futuro. Por outro lado não há formalismos na guerra, na exploração, nos estupros, não há formalismo na dor, na opressão e na subjugação. Começemos:

Manda chamar o chefe da secretaria e avisa-o de que vai sair. Necessita de espairecer, de certificar-se, mais uma vez, através da deferência de que é alvo na rua, de que tudo continua na mesma, que a guerra é lá longe nas matas do norte e será ganha e que Moçambique é ainda Portugal. (MOMPLÉ, 2012, p. 96)

O projeto de descolonização da África e concretamente de Moçambique foi visto a princípio por Portugal como uma ideia utópica, como aponta o narrador de *Ninguém matou Suhura*, ao verbalizar o pensamento da personagem, senhor Administrador. Portanto é razoável perceber que o projeto de decolonialidade seja para muitos de nós também uma ideia utópica, cuja destruição da herança do colono, a cultura do silêncio, para além de receber um tratamento cético parece totalmente irrelevante. Digo novamente que está relacionado com o nível de septicemia colonial, como a cultura de silêncio e tantos outros vícios coloniais por nós herdados que não cabe aqui mencionar.

É nesta senda que por meio do conto *Ninguém matou Suhura*, de Lília Momplé, pretende-se analisar a cultura do silêncio como herança do colonialismo português em Moçambique e compreender de que forma, a partir desse discurso, a autora denuncia a barbárie do colonialismo, através do estupro e da morte da personagem Suhura. Para tal, a análise será feita sob a perspectiva dos estudos de colonialidade e decolonialidade com base nos pressupostos teóricos de Walter Mignolo, Achile Mbembe, e Paulo Freire, de modo a refletir sobre o sistema político-social de Moçambique em 1970, época em que se dá o conto, e analisar seu impacto nesta sociedade hoje.

DA DESESPERANÇA À ESPERANÇA: SUHURA UM GRITO DE RESISTÊNCIA

Vence o mais forte. Com o quimaho rasgado e as capulanas espalhadas pelo chão, Suhura é arrastada para a cama. Ela, porém, não deixa de resistir, utilizando, por fim, a força dos seus dentes jovens. Por um breve instante, o homem e a rapariga encaram-se de frente e a ironia que brilha no fundo dos olhos de Suhura lembram ao senhor Administrador um outro olhar, inquietante olhar da sua filha Manuela. Então a raiva que o sufoca atinge o auge. Já não sabe se quer possuir ou matar esta negrinha que ousa resistir à sua vontade e que, embora subjugada pelo seu corpo possante, estrebucha e morde como um animal encurralado. Por fim, usa

de toda a sua força, indiferente às consequências. Um grito rouco e breve é a resposta de Suhura. Depois o silêncio e a imobilidade total (MOMPLÉ, 2012, p.116).

Ninguém Matou Suhura trata-se de um conto que nos apresenta uma narrativa não muito otimista à primeira leitura, pois conta a história de uma menina órfã, de 15 anos, que vive com a avó em condições de extrema pobreza, ambas analfabetas. Até que um dia Suhura, que se encontra com um conjunto de amigas, passa pelo senhor administrador e cai nas “graças” deste, que manda organizar um encontro entre os dois e, porque diferente das outras meninas que tiveram o mesmo infortúnio, Suhura resiste, esta é estuprada até a morte. Considero um texto pouco otimista, à medida que fica patente durante e no final do conto um sentimento de impossibilidade e desesperança mediante o sistema colonialista.

Através de uma narrativa, dividida em três partes: *I. O Dia do Senhor Administrador; II. O Dia de Suhura; III. O Fim do dia*, Momplé encerra a trama com um enredo aberto, pois qualquer coisa pode acontecer a partir da morte de Suhura, que antecede a independência de Moçambique. Trata-se de uma narrativa de espera, de silêncios e expectativas, mas também de desesperança. Desesperança que se transforma em esperança quando nos apercebemos que “o grito rouco e breve” de Suhura, é um grito de resistência e revolta, revolta diante da exploração do seu povo e espoliação do seu corpo. No que diz respeito a este último ponto, vale lembrar, como afirma Mbembe (2018), durante o tráfico de escravos a relação dos africanos com a mercadoria se organizou rapidamente em torno do tríplice desejo de consumo/morte/genitalidade. E que se pode dizer que a economia política do tráfico de escravos era uma economia fundamentalmente libidinoso. Logo, consumir era a marca de um poder, que não admitia a abdicar dos seus desejos, mesmo que esses o conduzissem à morte. Por isso, o sr. Administrador não se importa em tirar a vida de Suhura e obviamente de qualquer uma que contrariar aos seus apetites libidinosos.

Por outro lado, é devido à clara consciência do escravizado ou colonizado em relação a esse tríplice desejo do colono que nasce a cultura do silêncio, ou seja, estranha consciência de impossibilidade frente ao opressor, que encontra na resignação verbal uma forma de preservar a vida. Atitude que já enraizada em forma de sequelas coloniais nos acompanha até os dias que correm. Como aponta Candido (1989), a noção de subdesenvolvimento trouxe uma mudança de perspectiva ao Brasil, evidenciando a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante, criando dessa maneira uma visão pessimista quanto ao presente e problemática quanto ao futuro. Ora, tal visão de subdesenvolvimento se estende também a Moçambique quando olhamos não só para a pobreza física que Candido

menciona, como também para os tristes níveis de analfabetismo, ou seja, 50,4% da população moçambicana encontrava-se analfabeta até 2007³.

Momplé representa este número de não letrados através de Suhura e sua avó, personagens iguais a tantos outros moçambicanos que lutam às cegas pelos seus direitos, pois não possuem ferramentas claras para defendê-los. Outro elemento que cabe observar é o silêncio desta segunda personagem mediante a morte de sua neta, fica claro a miséria pasmosa em que as duas estão mergulhadas, onde não há grande esperança no futuro. Se não, vejamos:

Na semipenumbra do seu quarto exíguo e abafado, Suhura acorda sorrindo ao novo dia que desponta. Contudo, não tem qualquer motivo para sorrir. Aos quinze anos é analfabeta, órfã de pai e mãe e extremamente pobre. Além disso, vai morrer antes de o dia findar (MOMPLÉ, 2012, p.105).

Parafraseando Roy (2016), repito, precisamos considerar as armas nucleares, no nosso caso a cultura do silêncio, uma afronta pessoal. Pois ainda que pareça que não há nada mais para falar sobre o colonialismo: as guerras, a exploração, existe ainda uma guerra silenciosa que precisa ser travada, a colonialidade, que segundo Walter Mignolo (2013) é “o lado mais escuro da modernidade”.

Ainda que pareça uma ideia utópica como já me referi, a decolonidade segundo Costa *et all.*, (2018), acomoda a noção de geopolítica e corpo política do saber como crítica ao eurocentrismo e ao cientificismo.

Por outras palavras, pensar na colonialidade e na decolonialidade é refletir na produção de conhecimento por meio do corpo, do espaço e do pensamento, de modo a ressignificar as humanidades negras. O que pode ser possível desconstruindo a episteme colonialista nas nossas nações, casas, e dentro de nós. De outra forma o silêncio não tem defesa e o nosso cansaço e vergonha, como afirma Roy (2016), pode significar o fim de todos nós, e de tudo que amamos.

Retomando o artigo de Roy, a forma como ela expressa a desesperança, o ceticismo e, porque não, a sua realidade deixou-me sem saber que posição tomar e que caminhos poderíamos seguir para combater a cultura do silêncio. Foi a partir daí que busquei conforto em Paulo Freire (1997) que, por sua vez, esclarece que a esperança é uma necessidade ontológica e a desesperança a distorção dessa necessidade que introduz o ser humano no fatalismo e na descrença de um mundo melhor. Entretanto, aclara que a esperança por ela só não é suficiente, mas necessária, pois ela aniquila a desesperança que, como vimos em *Candido*, está relacionada à noção de subdesenvolvimento.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2007.

A minha hipótese é que a partir daí o ser humano se recolhe em seu silêncio, pois não tem mais esperança. A esperança sozinha, como observa Paulo Freire (1997), verdadeiramente não faz milagres, é preciso que tenhamos atitudes. Creio, como afirma Street (2014, p.7) que se deve falar de letramentos no lugar de um único e monolítico letramento, já que falar de analfabeto não só não faz sentido intelectualmente como também é social e culturalmente nocivo. Portanto os letramentos podem ser então uma resposta, uma atitude que nos levará a por em prática um projeto de decolonialidade em Moçambique, pensado na educação como prática de liberdade.

DA DESESPERANÇA À ESPERANÇA: SUHURA A IMIGRANTE NACIONAL

Em meu texto, *O deslugar do imigrante nacional em Moçambique no romance Neighbours, de Lília Momplé*, discuto o silêncio dos vizinhos diante do assassinato das personagens Leia, Januário e Narguiss, nesse romance. Silêncio que revela apatia e embrutecimento causados pelo regime do colonialismo e da guerra civil, onde a dor, a fome, a destruição, o grito, o sofrimento e a morte, tornaram-se realidades próximas. *Neighbours* assim como *Ninguém Matou Suhura*, são um convite a pensar sobre os valores dessa sociedade que se estava a formar após a independência de Moçambique, em 1975. Pensar nas relações de vizinhança que se construía, diferentes do que eram os hábitos e costumes mais antigos, onde os vizinhos eram tratados como se da mesma família pertencessem. Havia uma ideia clara por parte dos vizinhos, da importância do outro para o seu bem-estar e da construção de toda uma comunidade.

A falta dessa consciência denomino defeito de alteridade⁴, e defendo que formou-se então uma sociedade individualista e capitalista, em que reina a ausência de amor e a vida humana não tem mais valor. O que se adequa nesta discussão em torno de *Ninguém Matou Suhura*, visto que, mais uma vez, por meio das relações sociais, Momplé nos coloca a refletir sobre a colonialidade em Moçambique. Observemos:

Tal facto, porém, não constitui obstáculo para o sipaio Abdulrazaque que com ajuda do puxador, leva a rapariga nos braços como se estivesse doente. Percorrem assim as ruelas escuras, indiferentes das raras pessoas que encontra a esta hora que, aliás, não se atrevem a fazer perguntas. Mas, quando chegam a casa de Suhura, a avó, mal os vê, percebe imediatamente que a rapariga está morta e não se contém (MOMPLÉ, 2012, p.117).

⁴ Defeito de alteridade: conceito que estou desenvolvendo em minha tese, a partir da ideia de deformidade emocional causada pela dificuldade de conviver com o outro.

Torna-se evidente nesta fala do narrador que é discutível porque as raras pessoas por quem o sipaio passa não o questionam nem reagem ao ver ele transportar Suhura morta, pensando na conjuntura social em que elas se encontraram, podendo voltar também à pirâmide das necessidades de Maslow, que já refletimos. Por outro lado, oprimidos ou não, este silêncio dos vizinhos diz muito sobre o defeito da alteridade e é preciso analisar, pois cogito, que o não tratamento desse defeito ou o não enfretamento da colonialidade e da cultura do silêncio como herança do colonialismo levar-nos-á a criar aquilo que denominei imigrantes nacionais⁵, partindo do conceito de estrangeiro de Julia Kristeva:

Estrangeiro é todo aquele que não nasceu em nosso país, não vive em nossa cidade, não fala nosso idioma, não conhece nossos costumes e comporta-se de modo sempre tao...estranho! Simples assim? Nem tanto. Estrangeiro também é aquele vizinho calado, aquele que não frequenta a mesma igreja, o que não é do nosso partido, nosso time, grupo, turma, tribo, não importa. Estrangeiro é qualquer um diferente de nos mesmos, ou seja: o outro (KRISTEVA, 1994, p.14).

Imigrantes nacionais são os sujeitos silenciosos divididos em três categorias: primeiros aqueles que se deslocam de uma província à outra, em seguida aqueles que não usufruem da equidade do gênero, e por último todo aquele que se encontra na classe social baixa. Portanto são todos indivíduos que temem estar em seu próprio habitat, aqueles que vivem inseguros, como se esse lugar em que habitam não mais os pertencesse, visto que não tem domínio sobre ele e são tratados como estrangeiros na sua própria terra, alheios de todo o tipo de direitos.

De acordo com este ponto de vista Suhura pode ser considerada uma imigrante nacional, é diferente das outras meninas que em silêncio aceitaram servir aos caprichos do sr. Administrador. Nesse sentido, ao rebelar-se mostra que não pertence a esse lugar, onde inventaram as raças como forma de subjugação do outro, nem a esse mundo em constante degradação, como podemos notar na seguinte fala do narrador:

A velha Agira não esteve com delongas. Entrou logo no assunto, começando por referir a grande, a enorme sorte que a avó tinha. Pois não era que o senhor Administrador, um homem tão importante em todo o mundo, tinha visto a sua neta Suhura e tinha gostado dela? Gostara tanto que queria dormir com ela, uma simples negra sem valor. E o sipaio Abdulrazaque estava ali para arranjar tudo da melhor maneira (MOMPLÉ, 2012, p.111).

Neste trecho pode-se perceber como a ideia da degradação está relacionada com a exploração enquanto subterfúgio da pobreza e da morte. Corroborando com Mbembe (2012), ainda que a degradação seja um processo

⁵ Imigrante nacional: conceito que estou desenvolvendo em minha tese, a partir da ideia de deslugar que as personagens de Lília Momplé apresentam.

inevitável durante a escravatura, assim como a condição servil não terá unicamente mergulhado o sujeito negro na humilhação, no rebaixamento e num sofrimento inominável, no fundo a degradação caracteriza-se por uma morte civil, determinada pela negação da dignidade, pela dispersão e pelo tormento do exílio ou da liberdade.

Essa morte civil pode ser notada a partir das ações de descomprometimento da velha Agira e do sipaio Abdulrazaque, o que deixa claro que durante o colonialismo sociedades inteiras viveram nesse estado e foram obrigados a negar a sua dignidade e a do outro, como meio de sobrevivência. Entretanto, todo aquele que como Suhura se negasse a essa servidão poderia ser tratado como imigrante nacional e posto à margem, lançado à sua sorte. No mais, a questão racial deve também ser acrescentada como uma das formas para classificar o imigrante nacional, pois não existe outra desculpa para que Suhura seja estuprada e morta, para além do fato de ser negra, termo que significa exclusão:

Produto do maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria- a cripta viva do capital. Porém - e esta é a sua patente dualidade -, numa reviravolta espectacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no acto de criação até mesmo no acto de viver em vários tempos e várias histórias simultaneamente (MBEMBE, 2018, p.21).

Como vimos, a raça foi durante o período colonial, época em que acontece o conto, um motivo de exclusão e estupidificação da mulher, entretanto, a partir de personagens como Suhura, pode-se antever a independência de Moçambique incitada por aquelas mulheres homens cansadas de serem estranhas estrangeiras em sua própria terra e simples mercadorias. Neste sentido, a noção da dispensabilidade da vida humana e da vida em geral, desenvolvida dentro de um regime de colonização do tempo e espaço ganha lugar “Thus, hidden behind the rhetoric of modernity, economic practices dispensed with human lives, and knowledge justified racism and the inferiority of human lives that were naturally considered dispensable”(MIGNOLO, 2011, p.6).

Ainda em Mbembe, em seu ensaio *Necropolítica*, torna-se mais clara a questão da dispensabilidade humana, pois através do conceito necropolítica o autor deixa claro que a expressão máxima da soberania se assenta no poder e na capacidade de ditar “quem pode viver e quem deve morrer”. De forma que possuir controle sobre a mortalidade nada mais é do que por em prática e manifestar poder. Logo o assassinato de Suhura regado de impunidade realça a soberania do sr. Administrador e prova que esta não passa de mais um ser dispensável, como

se pode notar no texto, pela normalidade e frieza que o sipaio conduz o processo, antes e depois do estupro:

Ai o sipaio Abdulrazaque zangou-se a valer e interrompeu. -Velha, não sabe o que está a dizer! – Berrou irritado – Eu pedi à Nuno Agira, que já foi mulher de muito administrador e de outra gente grande, para aconselhar, por respeitar a sua velhice. Eu podia chegar à sua casa e levar a sua neta para o senhor Administrador e pronto. Mas eu não gosto de faltar respeito e, [...] E você, velha, em vez de ficar contente, quer discutir as ordens do sr. Administrador?! Onde é que aprendeu essas maneiras? Ou é essa gente, amiga dos terroristas, que anda a virar a sua cabeça? (MOMPLÉ, 2012, p.112).

É a noção de “Patrón Colonial de poder” que deixa a avó de Suhura sem voz mediante esta situação e a posterior, quando o sipaio lhe trouxe sua neta morta. De acordo com Mignolo (2013, p.8), “Patrón Colonial de poder” (colonial matrix of power) was described as four interrelated domains: control of the economy, of authority, of gender and sexuality, and knowledge and subjectivity.

Estamos diante de quatro formas de gerenciamento e controle colonial, suportadas pelas discriminações raciais e a ideia de superioridade intelectual. Podemos aqui compreender que o sr. Administrador respondia pelos quatro poderes, o que lhe conferia a autoridade não apenas de controlar a economia, ser autoridade máxima na província, reter o conhecimento e subjetividade, não permitindo que os negros pudessem ser letrados, bem como abusando sexualmente de meninas como Suhura.

Hoje, podemos dizer que os novos patronos coloniais de poder são os governantes corruptos e sanguinários, e faz-se necessário construir pensamentos e abordagens decoloniais, mediante a crise econômica e política que Moçambique vive. Onde precisamos do aval dos EUA (Estados Unidos da América) para discutir os nossos problemas, bem como questionar as dívidas ocultas. Agora que os EUA, diante da imobilidade do governo moçambicano, decretou a caça e a captura de algumas figuras sonantes do poder, podemos assumir que estamos em crise. Mas antes disso, assim como a avó de Suhura tínhamos dificuldades para falar, sabíamos que bens foram desviados, conhecíamos os mandantes, mas ninguém ousava falar, e assistimos Suhura ser morta. Eis os desvios e interrupções aos quais me referi na introdução, quando falávamos das especificidades da história oral. Voltemos.

Segundo Mbembe (2018) o escravo negro é um sujeito plástico submetido a um processo de transformação a partir da destruição, tornando o espectro da modernidade. Pois sim, ainda que Suhura não seja considerada propriamente escrava, que possa andar nas ruas da ilha de Moçambique aparentemente livre, ela é escrava do sistema político colonial que a domina e oprime em 1970, vésperas da independência de Moçambique. Talvez por isso se torne admissível na consciência e nos princípios do senhor Administrador abusar de Suhura e de

tantas outras mulheres. Estamos diante da face diurna do colonialismo, o abuso, o estupro e a violência, e hoje, à medida que isso se normaliza, começamos a entender que continuamos escravizados, pois não há espaço para nós negros dentro da modernidade. Portanto enquanto a minha nação não abrir os olhos continuaremos sendo, simples fantoches inconscientes manejados pelos nossos governos, marionetes conscientes do ocidente.

Deste modo, parafraseando Freire (1988), aprender a ler e escrever se faz uma oportunidade para que mulheres e homens compreendam o que realmente significa *dizer* a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, trata-se de um direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar e é exatamente por isto que, numa sociedade de classes, a classe dominante estimula o que vimos chamando de cultura do silêncio, levando as classes dominadas a se acharem semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser, tornando-se apenas imigrantes nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no fim desta discussão concordarmos que *A cultura do silêncio constitui à cripta viva da colonialidade em Moçambique* o que nos resta é apelar por maior consciência social por parte dos fazedores de políticas, governantes dos países em via de desenvolvimento, ou sociedades com grande índice de população negra. Nesse viés, como se refere Street (2014) investir nos letramentos como uma saída para que os grupos marginalizados tenham maior dignidade. De igual modo é necessário que a educação seja tomada como uma questão política, visto que um pouco mais que a metade da população moçambicana é analfabeta.

Proponho que se priorize os desfavorecidos, crianças, mulheres, negros, o proletariado e adultos não letrados. Ademais, faz-se necessário pensar numa educação inclusiva, pautada nas necessidades e realidades da sociedade moçambicana e não apenas na replicação de práticas coloniais ou currículos ocidentais. Que ao invés da palavra educação, como propõe Street, se pense em letramentos e se priorize não o depósito de informação em tábuas rasas, mas o processo de ensino/aprendizagem, assumindo dessa maneira a bagagem cultural e social de todos intervenientes. Tais atitudes poderão contribuir também para evitar o crescente número de imigrantes nacionais no país, pensado na decolonialidade como afirma Pena:

Uma das mais importantes propostas, ressaltada por Freire e pelos autores pós-coloniais, é a objetivação e problematização da mitologia que sustenta a dominação. No caso da “Pedagogia do Oprimido” isso é feito através do questionamento de alguns elementos da estrutura opressora. Já na perspectiva pós-colonial trata-se de desconstruir o mito do eurocentrismo. É importante lembrar que a desconstrução desses mitos

que sustentam a dominação cognitiva (na qual o próprio oprimido se vê como inferior) é uma forma de reverter a “colonização do ser”. (PENA, 2014, p.16).

É evidente que capacitando essas populações marginais com novas possibilidades de leituras estaremos construindo novos mundos, afinal a cultura do silêncio é herança das ex. colônias portuguesas e não apenas de Moçambique, como se pode notar em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, por exemplo. A personagem Fabiano é mais uma vítima da espolição organizada, um homem do campo, pacato que tal, como a avó de Suhura, ainda que tente, não tem voz, e ambos não conseguem palavras para se defenderem. Logo os letramentos nos possibilitam maior capacidade de enfrentamento. Por outro lado, não basta confiar ou esperar que os governos por si só se movimentem, parafraseando Samora Machel, se o governo que elegemos for pior ou igual ao colono que expulsamos, estes também precisam ser abatidos. O enfrentamento é isso.

Agora que as guerras e a exploração desenfreada nos levou ao embrutecimento, à septicemia colonial, ao defeito de alteridade, nos fez imigrantes nacionais, nos tornou sujeitos silenciosos, torna-se necessário, a cada dia, nos juntarmos verdadeiramente. Não juntar corpos em marchas, mas juntar mentes, memórias, princípios, valores, amores e reivindicar. Reivindicar a palavra que nos foi roubada. Agora, que o sentido da vida está diluído, não se fazem mais heróis. Não sabemos por que devemos lutar ao certo, pela vida ou pela morte. Então lutemos, tornando essa guerra pessoal.

Momplé toma essa guerra ao pensar na literatura como forma de poder e, através de sua escrita, instiga-nos a pensar na necessidade de reescrita da nossa história, já que “matar é poder”, viver, ler, escrever é também poder. Como aponta Deluze (2011), a literatura permite-nos ter saúde à medida que inventa um povo que falta, apoiando-se na sua função fabuladora, permitindo que se escreva com as recordações, que se faça delas a origem ou o destino de um povo a vir ainda emerso nas suas traições e renúncias.

Ao pensar nesse “povo que falta” compreendo que há uma dívida que precisa ser paga, a dívida de anos em silêncio e privações, privações de um corpo, uma voz, de um espaço, um tempo, uma história, de futuros incertos, sonhos castrados. O colono nos deve e aqueles que nos libertaram destes também nos devem a liberdade. Torna-se necessário que estes segundos, agora no poder, encontrem mecanismos de saldar essa dívida. Que as metrópoles que outrora nos silenciaram invistam nos letramentos de África, de Moçambique, não como caridade, mas como paga.

Importa também um processo de autocura, pois é preciso ter consciência que o ocidente ou EUA não estão dispostos, e mesmo que estivessem não nos podem curar, visto que insistem no apagamento da história da escravatura em África, desejam se silenciar e não se responsabilizar. Portanto, como afirma

Mbembe (2012), é necessário que os negros reconheçam o “desvio de alteridade”, a presença do “outro em si”, que abre portas para novos descobrimentos e assumir que foram enganados pelo próprio desejo. Desejando o futuro e a modernidade venderam a alma, assim como o imperturbável sipaio Abdulrazaque que nem diante da morte de Suhura se redimiou:

Imperturbável, o sipaio entra na palhota com Suhura nos braços e segue atrás da velha que, continuando a soluçar e a gritar à sua frente, o guia maquinalmente para o quarto. Coloca então a rapariga numa das quitandas. Depois, voltando-se para a avó, e apertando-lhe um braço com firmeza, diz-lhe muito pausadamente:

- Não grita, velha. Ninguém matou Suhura. Ninguém matou Suhura. Compreende?!

A avó compreende muito bem. (MOMPLÉ, 2012, p.105).

O enfrentamento é entender quem é Suhura e questionar quem a matou? Nesse exercício apercebi-me que Suhura somos todos nós que, como ela, questionamos, mas também calamos. Suhura é uma classe, um povo, uma língua, uma cultura silenciada, na base da cor, do chicote, da religião, do martelo e da pélvis. Suhura são as mulheres estupradas, as crianças abortadas, as crianças não paridas, as paridas sem pátria, as vendidas, as mulheres feridas, magoadas, com nódoas no sexo, na virilha. As mulheres sem seios, as amas-de-leite, as filhas do prazer, mendigas, famintas, o inadmissível, o que se aprende a suportar, o medo e o desejo. Suhura és tu, o homem que se cala, transpira na mata, na escola sem teto, o pai sem abrigo, castigo divino.

Ninguém matou Suhura, o sistema matou Suhura, o capitalismo matou Suhura, a modernidade matou Suhura, as filhas, a espera, a tusa macabra do homem sem filha, sem mãe, sem pátria, o homem sem alma. Gritemos, jovens. Gritemos. Alguém matou Eduardo Mondlane, matou Samora Machel, Carlos Cardoso, Siba-Siba Macuácuá, Gilles Cistac, Mahamudo Amarune, tantos outros e a tua vizinha. Não compreendam.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Fgv, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, J.; MALDONALDO, T.; GROSGOUEL, R.. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. São Paulo: Autêntica, 2018.

DELEUZE, Gilles. **“A literatura e a vida” em crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011. Trad. Peter Pál Pelbart.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da Diversidade.** Juiz de Fora: Uffj, 2005. Trad. de Enilce do Carmo A. Rocha.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Tradução Maria Carlota Carvalho Gomes.

ONG, Walter J.. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra.** São Paulo: Papyrus, 1998.

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. **Escrita acadêmica e escrita de si: experienciando desvios.** Mental, Barbacena, v. 7, n. 12, p.153-166, jan. 2009. Semestral. ISSN: 1679-4427. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/420/42020837008.pdf>>. Acesso em: 2806 jun. 2019.

MASLOW, A. H.. **Maslow no gerenciamento.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra.** Brasil: N-1 Edições, 2018. Trad. Sebastião Nascimento.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial option.** Durham/londres: Duke University Press, 2011.

MOMPLÉ, Lília. **Antologia de contos.** Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2013.

MOMPLÉ, Lília. **Neighbours.** Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994.

PENA, Camila. **Paulo freire no pensamento decolonial: Um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial–Latino-Americana.** Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24914/1/ARTIGO_PensamentoTeoriaEstudosLatinos.pdf. Acesso em: 28 de Junho de 2019.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

ROY, Arundhati. **The end of imagination.** Chicago: Heymarket, 2016.

STREET, Brian. **Letramento social.** São Paulo: Parábola, 2014. Trad. Marcos Bagno.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** São Paulo: Hucitec, 1997.